



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA N.º 175 / XII / 4.ª SL

Aos trinta e um dias do mês de março de 2015, pelas dezasseis horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, sucessivamente, na sala 7, do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a Ordem do Dia (OD):

1. Informações.

2. Apreciação de Pareceres:

Proposta de Resolução n.º **92/XII/4ª** – “Aprova o Protocolo de 2005 relativo à Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima, adotado em Londres, em 14 de outubro de 2005”.
Deputada Relatora, Helena Pinto (BE)

Proposta de Resolução n.º **102/XII/4ª** – “Aprova a Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos por Poluição causada por Combustível de Bancas, adotada em Londres, em 23 de março de 2001”
Deputado Relator, Filipe Lobo D’Ávila (CDS/PP)

Proposta de Resolução n.º **108/XII/4ª** - “Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Geórgia, por outro, assinado em Bruxelas em 27 de junho de 2014”
Deputado Relator, António Rodrigues (PSD)

3. Aprovação das Atas:

N.º 168, de 10 fevereiro de 2015
N.º 171, de 5 de março

4. Outros assuntos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Presidiu aos trabalhos, por impossibilidade do Presidente da Comissão, o seu Vice-Presidente, o **Senhor Deputado Carlos Gonçalves**, que abriu a reunião transmitindo aos Senhores Deputados presentes as seguintes Informações (**Ponto 1.**):

Relativamente à **Conferência PESC/PCSD**, ocorrida em Riga, no passado mês de março de 2015, está disponível para consulta o **Relatório da missão**, na página da 2.^a Comissão;

De seguida, deu o Senhor Vice-Presidente a conhecer a existência do Documento de Consulta Conjunto **Para uma Nova Política Europeia de Vizinhança**, difundido pela Comissão de Assuntos Europeus, relembrando a suscetibilidade de o mesmo poder ser escrutinado no âmbito da 2.^a Comissão.

Pediu a palavra o Senhor Deputado António Rodrigues (PSD), o qual manifestou a **intenção de proceder ao escrutínio do mencionado documento, para cujo efeito elaborará Relatório a apresentar em tempo oportuno.**

Relembrou, seguidamente, o Senhor Vice-Presidente, que terá lugar a **7 de abril, pelas 18 horas, na Sala 7, uma audiência conjuntamente promovida pelas Segunda e Quarta Comissões, onde será recebida uma delegação da República da Geórgia**, liderada pelo Senhor Vice-Ministro dos Estado dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, na qual poderão participar os Senhores Deputados que assim o entendam.

Relativamente ao **Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para audição da Senhora Presidente do Camões, I.P.**, foram os Senhores Deputados informados de que os serviços procederam já à reiteração da notificação, ainda sem resposta.

Finalmente, foi transmitida a existência de um pedido de reunião com a Comissão, por parte do **Senhor Governador do Estado de Goiás (Brasil)**, para 2.^a feira, 6 de abril.

Sobre este assunto, pediu a palavra o Senhor Deputado Filipe Lobo Dávila (CDS) que declarou nada ter a opor quanto a tal reunião, indicando posteriormente o seu representante.

Interveio a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) para informar que irá, na data indicada, estar em deslocação oficial a Timor-Leste, sendo impossível ao BE disponibilizar um seu representante para o efeito em causa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Páscoa (PSD), dando conta que, na sequência de reunião terminada há minutos com o Senhor embaixador do Brasil, ficou sem efeito o pedido de reunião em apreço.

Passados ao **Ponto 2.** da O. D. a Senhora Deputada Helena Pinto procedeu à apresentação do Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 92/XII/4.^a, ali identificada. Aflorou os pormenores relacionados com o âmbito objetivo das alterações a introduzir na Convenção de Londres, de 2005, tendo ainda enquadrado as vicissitudes e circunstâncias subjacentes à decisão de alteração, sinalizando o escopo essencial da Proposta, relacionado com os perfis normativos de natureza incriminatória. Concluiu, referindo que a Proposta está em condições formais de poder ser apreciada e votada em Plenário.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) para, em nome do seu Grupo Parlamentar, felicitar o trabalho realizado pela Senhora Deputada-Relatora, salientando a especial forma de apresentação do Parecer que muito ajudou à compreensão da matéria em causa.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, que se associou à felicitação anterior e colocou o Parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

De seguida, coube ao senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila proceder à apresentação do Parecer de que foi Relator, objeto da Proposta de Resolução n.º 102/XII/4.^a, igualmente identificada no Ponto 2. da O.D. Procedeu ao enquadramento da Convenção proposta, tendo afluído as suas finalidades essenciais, realçando o facto de as medidas previstas passarem a abranger todos os navios, que não só os petroleiros. Concluiu, referindo que a Proposta reúne condições formais de poder ser apreciada e votada em Plenário.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Paulo Pisco para, em nome do seu Grupo Parlamentar, felicitar o trabalho efetuado, neste âmbito, pelo Deputado-Relator.

Interveio o Senhor Vice-Presidente que igualmente se associou às felicitações anteriormente descritas. De seguida, colocou o Parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

De seguida, coube ao Senhor Deputado António Rodrigues a apresentação do Parecer do PSD, de sua autoria, sobre o teor da Proposta de Resolução n.º 108/XII/4.^a, identificada em 2. da O.D.. Sublinhou a identidade deste Acordo com outros semelhantes recentemente analisados e votados no Parlamento, tendo por partes a Moldávia e a Ucrânia, realçando o interesse e a determinação colocados pela Geórgia na respetiva



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

conclusão. Concluiu, referindo que a Proposta reúne condições formais de poder ser apreciada e votada em Plenário.

Interveio o Senhor Deputado Paulo Pisco para, em nome do seu Grupo Parlamentar, felicitar o trabalho efetuado, neste âmbito, pelo Deputado-Relator, salientando, à imagem dos anteriores Acordo celebrados pela Moldávia e Ucrânia, o facto de este instrumento dar seguimento ao aprofundamento de novas relações de parceria com países da Europa oriental, aspeto de enorme relevância.

Associando-se à felicitação anterior, o Senhor Vice-Presidente colocou o Parecer em apreço à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 3.** da O. D., foi apreciado o teor da Ata n.º 168, de 10 de fevereiro de 2015, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

No respeitante à Ata n.º 171, verificou-se que a mesma havia já sido apreciada e aprovada na reunião da Comissão de 17 de março.

Finalmente, passados ao **Ponto 4.**, interveio o Senhor Deputado António Rodrigues, chamando a atenção para o atraso verificado na apresentação e apreciação do Parecer versando a Proposta de Resolução n.º 98/XII/4.^a, distribuído ao PS, alusiva ao Acordo sobre a instituição do Tribunal Unificado de Patentes, suscetível de prejudicar a imagem da Assembleia da República e da própria atuação do Governo. Relembrou, neste âmbito que o havia já sido apresentado um Relatório preliminar sobre esta matéria, que conclui pela necessidade de prorrogar o prazo de apresentação da sua versão final. Dada a urgência e o lapso de tempo decorrido, e mesmo sabendo que a Comissão de Assuntos Europeus, quatro meses após a entrada desta Proposta no Parlamento, veio requerer pronúncia acerca do mesmo, ainda assim e caso o Parecer em causa não venha a ser aprovado em sessão _ extraordinária, se necessário _, até ao dia 8 ou 9 de abril, o PSD reserva-se na suscetibilidade de apresentar requerimento formal em tal sentido.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Paulo Pisco para informar que, por motivo do recente falecimento do pai, a Senhora Deputada Gabriela Canavilhas, Relatora daquela Proposta, não pôde estar presente nesta reunião. Assegurou, porém, existirem condições para que o PS apresente o mencionado Parecer já na sessão de 7 de abril próximo.

Interveio o Senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila, solicitando que, futuramente e em casos de semelhante infortúnio pessoal e familiar, possa ser dado atempado conhecimento, ainda que em ambiente restrito da Comissão.

Retomou a palavra o Senhor Deputado António Rodrigues, declarando que igualmente desconhecia a infeliz ocorrência ora relatada, sublinhando, porém, o facto de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

na sua intervenção se ter referido, exclusivamente, ao PS e não a nenhum dos seus Deputados.

Por fim, interveio o Senhor Vice-Presidente para comunicar, na sequência de indagação sumária junto dos serviços da Comissão, não ter existido qualquer comunicação ou mero conhecimento informal relativamente ao triste acontecimento familiar relatado pelo Senhor Deputado Paulo Pisco.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Páscoa, para comunicar que no próximo dia 21 de abril visitará Portugal o Senhor Vice-Presidente do Brasil, estando prevista, também, uma visita à Assembleia da República, solicitando que a 2.ª Comissão proceda ao agendamento de uma audiência com aquela entidade.

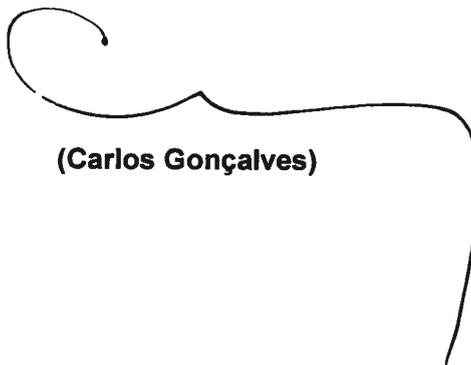
No seguimento, interveio seguidamente o Senhor Vice-Presidente para referir ser de toda a conveniência que tal pedido seja oficializado através dos serviços da Senhora Presidente da Assembleia da República.

Em reforço, interveio o Senhor Deputado António Rodrigues, relembrando estarmos, neste caso, perante um Alto Dignitário de um Estado amigo, devendo o assunto ser tratado formalmente ao nível e pelos canais protocolares adequados.

Nada mais havendo a registar, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.

Palácio de S. Bento, 31 de Março de 2015.

O Vice-Presidente da Comissão,



(Carlos Gonçalves)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Glória Araújo
Helena Pinto
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
António Rodrigues
Jorge Rodrigues Pereira
José Lino Ramos
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Gabriela Canavilhas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Mário Magalhães

Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 28/04/2015, existindo registo áudio disponível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_20150331.mp3

